



# BOLETIM OFICIAL

## SUMÁRIO

**Presidência da República:**

Direcção-Geral de Administração.

**Conselho de Ministros:**

**Resolução n° 1/2005:**

Nomeando Rosa Oteldina Delgado Brito, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções do Directora-Geral da Administração da Chefia do Governo.

**Resolução n° 2/2005:**

Dando por finda a comissão de serviço de Gizela Maria Barreto Almeida, no cargo de Directora de Administração do Ministério da Justiça.

**Chefia do Governo:**

**Portaria n° 1/2005:**

Manda publicar a relação nominativa dos trabalhadores do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade, que transitam para o Ministério da Justiça.

Direcção-Geral da Administração da Chefia do Governo.

**Ministério da Saúde:**

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

**Ministério das Infraestruturas e Transportes:**

Direcção de Serviço de Administração.

**Ministério da Justiça:**

Direcção-Geral de Administração.

**Ministério da Defesa:**

Direcção de Serviço de Administração.

**Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas:**

Direcção da Administração.

**Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública:**

Direcção-Geral da Administração Pública.

**Município do Maio:**

Câmara Municipal.

**Município de São Miguel:**

Câmara Municipal.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## CHEFIA DO GOVERNO

## Direcção-Geral de Administração

Despacho conjunto de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República e de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Cultura:

De 29 de Dezembro de 2004:

É requisitado, ao abrigo do disposto no artigo 11º e seguintes do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho, o técnico superior principal, Ilídio Cabral Baleno, do quadro do Ministério da Cultura, para exercer em comissão de serviço, as funções de Conselheiro Cultural de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Dispensado da anotação do Tribunal de Contas.

Direcção-Geral de Administração da Presidência da República, na Praia, aos 4 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *João Aqueleu Barbosa Amado*.

— o § —

## CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 1/2005

de 12 de Janeiro

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

É nomeada Rosa Oteldina Delgado de Brito, licenciada em Economia e Finanças, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Directora-Geral da Administração da Chefia do Governo, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2004.

Artigo 2º

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

*José Maria Pereira Neves*.

Publica-se.

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

Resolução nº 2/2005

de 12 de Janeiro

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 260º da Constituição da República, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo único

É dada por finda comissão ordinária de serviço de Gizela Maria Barreto Almeida, nas funções de Directora-Geral de Administração do Ministério da Justiça, com efeitos imediatos.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*José Maria Pereira Neves*.

Publica-se.

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

## Gabinete do Primeiro-Ministro

Portaria nº 1/2005

de 12 de Janeiro

Decreto-Lei nº 4/2003, de 9 de Fevereiro, estabelece no seu artigo 30º que os trabalhadores do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade (ICS) em serviço no Complexo da Granja de São Filipe transitarão para a Comissão de Coordenação do Combate à Droga (CCCD), organismo integrado no Ministério da Justiça, sem perda de quaisquer direitos, designadamente, antiguidade, categoria profissional e vencimento, mediante relação nominativa a constar de Portaria do Primeiro-Ministro.

Convindo, assim, proceder à publicação da relação nominativa dos trabalhadores do ICS que transitarão para o Ministério da Justiça.

Ao abrigo do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 4/2003, de 9 de Fevereiro;

Manda o Governo de Cabo Verde, pelo Primeiro-Ministro, o seguinte:

Artigo 1º

(Relação nominativa)

É publicada a relação nominativa dos trabalhadores do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade que, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 4/2003, de 9 de Fevereiro, transitam para o Ministério da Justiça, a qual consta do anexo a esta Portaria e dela faz parte integrante.

Artigo 2º

Entrada em vigor

Esta portaria entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2005.

Gabinete do Primeiro-Ministro, Praia, 28 de Dezembro de 2004. — O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

Relação Nominativa a que se refere o artigo 1º da Portaria nº 1/2005

N.º	nome	Data nasc.	Cargo	Início da função	Salário
01	Ilda Silva Silvestre	21-11-62	Auxil. Adm	.07-2-85	20.473,00
02	António Lopes Moreno	09-12-70	Guarda	07-07-93	16.357,96
03	José Pereira Gomes	15-11-66	Guarda	10-06-91	16.357,96
04	Manuel Ascensão Tavares	03-09-63	Guarda	09-01-91	16.357,96
05	Sabino Lopes	01-07-68	Guarda	09-12-91	16.357,96
06	Jorge Monteiro	10-10-60	Monitor	11-06-91	22.734,00
	TOTAL				108.638,84

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*.

## Direcção-Geral da Administração da Chefia do Governo

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro-Adjunto:

De 1 de Junho de 2004:

Por conveniência de serviço é nomeada, Gilda Rocha Evangelista, para, exercer em comissão ordinária de serviço, as funções de Secretária, nível I, da Secretária-Geral do Governo, nos termos previstos nos números 1 e 3 do artigo 3º, do Decreto-Legislativo nº 03/95, de 20 de Junho, conjugado com a alínea e), nº 3 do artigo 14º do Decreto-Legislativo nº 4/98, de 19 de Outubro, com efeitos a partir de 26 de Maio de 2004.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 3.01.01.01 do orçamento da Chefia do Governo — Secretária-Geral do Governo.

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, no Palácio do Governo, na Praia, aos 5 de Janeiro de 2005. — A Directora, *Celmira Mendes*.

## MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

### Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex<sup>o</sup> o Ministro de Estado das Infraestruturas e Transportes:

De 30 de Novembro de 2004:

Emanuel Charles d' Oliveira, licenciado em desporto, professor do ensino secundário referência 8, escalão A, do quadro do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, ora exercendo em comissão ordinária de serviço as funções na área da sua especialização na Ilha do Sal, na Gestão de Actividades Marítimo-Turísticas no quadro da Direcção-Geral da Marinha e Portos do Ministério das Infraestruturas e Transportes; é dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço com efeito a partir do dia 12 de Janeiro de 2005.

Direcção dos Serviços de Administração do Ministério das Infraestruturas e Transportes, na Praia, 1 de Dezembro de 2004. — Pela Directora, *Iligível*.

—o—

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex<sup>o</sup> o Ministro de Estado e da Saúde:

De 30 de Novembro de 2004:

Hélder Regério do Rosário Pereira, licenciado em Medicina, nomeado para provisoriamente exercer o cargo de médico-legal, escalão IV, índice 100, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004, dada a urgente conveniência dos serviços.

As despesas têm cabimento na verba inscrita no Cap. 1.º, divisão 3.ª, Código 03.01.04.02 do orçamento do Ministério da Saúde. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Dezembro de 2004).

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, aos 3 de Janeiro de 2004. — O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—o—

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Justiça:

De 26 de Julho de 2004:

Nos termos dos artigos 28.º e 29.º do Estatuto de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-A/97, de 30 de Junho, conjugado com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 18 de Novembro, n.ºs 1, 3, 8 e 9 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93 e artigo 8.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Junho, são nomeados, por urgente conveniência de serviço, para a categoria de oficial de diligência, referência 1, escalão A, os candidatos aprovados em concurso a seguir indicados, com efeitos a partir da data de posse:

1. Hernâni Napoleão Augusto Almeida Barros, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocado no Tribunal Judicial da Comarca do Sal;

2. Carla Firmina Alves da Rosa, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada no Supremo Tribunal de Justiça;

3. Marísia Gomes Brito da Luz, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada no Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal;

4. Artemisa Mafalda da Silva de Pina, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada na Procuradoria da Comarca da Praia;

5. Karine Helena Vieira Cardoso, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada no 3.º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia;

6. Donaciano Bentilo Lima Costa Duarte, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando na Procuradoria da Comarca de Santa Catarina;

7. Denise Pereira Lopes, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada na Procuradoria da Comarca de São Vicente;

8. Jandira da Cruz Baptista, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada na Procuradoria da Comarca de São Vicente;

9. Lee Emanuel Borges Correia Varela, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocado, no 3.º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia;

10. José Rui da Luz Gertrudes, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocado, no Juízo Crime da Comarca de São Vicente;

11. Odairson Gomes Silva, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocado, na Procuradoria da Comarca de Santa Catarina;

12. Iluneida Patrícia Moreira Leite, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada no Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina;

13. Liliana Cristina Monteiro Livramento, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada no Tribunal Judicial da Comarca de Boa Vista;

14. Alector Andrade Lima, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de Oficial de Diligência, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocado no Juízo Cível

15. Justino António Almeida dos Santos, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocado no Tribunal Judicial da Comarca de São Nicolau.

MINISTÉRIO DA REFORMA  
DO ESTADO  
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despachos da Directora-Geral da Administração Pública, por delegação de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública:

De 25 de Agosto de 2004:

Carlos Alberto da Silva, ex-trabalhador, jornalista na ex-Obras Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 2 alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapaz para exercício de qualquer actividade profissional, de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 6 de Novembro de 2003 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 10 de Novembro do mesmo ano, com direito a pensão anual de 58.819\$60 (cinquenta e oito mil, oitocentos e dezanove escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 13 anos e sete meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 8 de Julho de 2004, do Director substituto da Contabilidade Pública foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente aos períodos 12 anos e 2 meses e 5 dias.

O montante em dívida, no valor de 107.583\$00, (cento e sete mil, quinhentos e oitenta e três escudos) poderá ser descontado em 80 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 1.328\$00 e as restantes no valor de 1.345\$00

(Visado pelo Tribunal de Contas em 31 de Dezembro de 2004).

De 20 de Setembro:

Alberto Lopes da Veiga, subcomissário, referência 9, escalão E, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 70, alínea b), do Decreto-Legislativo nº 5/98, de 26 de Outubro, com direito a pensão anual de 1.257.933\$00 (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e trinta e três escudos) sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

De 28 de Outubro:

Sara Beirão da Silva da Cruz, professora do ensino básico, referência 7, escalão C, do Ministério da Educação Valorização dos Recursos Humanos, desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do nº 3 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o estipulado nos nºs 1 a 2 do artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 880.712\$00 (oitocentos e oitenta mil, setecentos e doze escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 30 de Dezembro de 2004).

De 2:

José Manuel Mendes dos Santos, técnico profissional de 1º nível de referência, 8, escalão E, da Direcção de Administração do

16. Natanilson da Veiga Ramos, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocado no Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz.

17. Vanusa Tatiana Dinis Fernandes, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada no Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe.

18. Sandra Maria Varel a Moreira, candidata aprovada em concurso, nomeada, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada na Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina.

19. Nilton Jorge da Costa Moniz, candidato aprovado em concurso, nomeado, para, provisoriamente, exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, ficando colocada no Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capitulo 1º, Divisão 3ª, Cl. Ec. 03.62.99 Encargos Provisionais com o Pessoal, do orçamento vigente do Ministério da Justiça. – (Visados pelo Tribunal de Contas aos 24 de Dezembro de 2004).

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 5 de Janeiro de 2005. – O Director-Geral, p/s, José Cardoso.

oço

MINISTÉRIO DA DEFESA

Direcção de Serviço de Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Defesa:

De 31 de Dezembro de 2004:

No uso da competência conferida pela alínea n) do nº 3 do artigo 22º da Lei nº 62/IV/92 de 30 de Dezembro ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 12º da mesma Lei sob proposta do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ouvido o Conselho Superior de Comandos, é promovido ao posto de Major, o Capitão Joaquim Dinis Barros Furtado, com efeitos a partir do dia 30 de Dezembro de 2004.

Direcção de Serviço de Administração do Ministério da Defesa, na Praia, aos 6 de Janeiro de 2005. – A Directora, Serafina Alves.

oço

MINISTÉRIO DO AMBIENTE  
AGRICULTURA E PISCAS

Direcção da Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra do Ambiente, Agricultura e Piscas:

De 31 de Dezembro de 2004:

Aútilio Livramento Tavares Monteiro, técnico-adjunto, referência 11, escalão C, quadro definitivo da Direcção da Administração do Ministério do Ambiente, Agricultura e Piscas, destacado para desempenhar as funções de Contabilista e Secretário na Célula de Gestão do Programa Regional Solar II no Instituto Nacional de Gestão e Recursos Hídricos, ao abrigo do artigo 17º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

Direcção da Administração do Ministério do Ambiente, Agricultura e Piscas, na Praia, 3 de Janeiro de 2005. – O Director da Administração, Manuel António Torres Lopes.

Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 2 alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapaz para exercício da sua profissão, de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 15 de Julho de 2004 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 23 de Julho de 2004, com direito a pensão anual de 414.234\$46 (quatrocentos e catorze mil, duzentos e trinta quatro escudos e quarenta e seis centavos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 33 anos e 1 mês de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 31 de Dezembro de 2004).

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capº 1º, Div. 15º, Cód. 03.05.03.01.01, do orçamento vigente.

De 11 de Novembro:

Eurico Mendes Gomes de Sousa, Agente de 1ª Classe, referência 2, escalão C, do Comando da Guarda Fiscal, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, n.º 2, alínea a), do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitida em sessão de 6 de Novembro de 2003 e homologada por despacho de S. Exº o Ministro da Saúde em 10 de Novembro do mesmo ano, com direito a pensão anual de 435.894\$00 (quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 26 anos e 4 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 27 de Dezembro de 2004).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 4 de Janeiro de 2004. — A Directora-Geral, p/s, *Edna Daniel Veiga Tavares Moreira*.

—ofo—

## MUNICIPIO DO MAIO

### Câmara Municipal

Despacho de S. Exº o Presidente da Câmara Municipal:

De 5 de Agosto de 2004:

José Emanuel Anes, contratado a termo, para exercer o cargo de fiscal da área de saneamento básico, referência 5, escalão A, nos termos do n.º 2 do artigo da Lei n.º 37/VI/2003, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no Cap. 6º, artigo 54 n.º 1 do orçamento municipal vigente

Cláudio Valentim Spencer dos Santos, contratado a termo, para exercer o cargo de fiscal da área comercial, referência 5, escalão A, nos termos do n.º 2 do artigo da Lei n.º 37/VI/2003, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Ângela da Graça Spencer Frederico, contratada a termo, para exercer o cargo de fiscal da área comercial, referência 5, escalão A, nos termos do n.º 2 do artigo da Lei n.º 37/VI/2003, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 2 do artº 24º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

(Visados pelo Tribunal de Contas, aos 19 de Novembro de 2004).

Os encargos têm cabimento na dotação inscrita no Cap. 5º, artigo 45, n.º 1 do orçamento municipal vigente.

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL

### Câmara Municipal

Despacho de S. Exº o Presidente da Câmara Municipal de São Miguel:

De 14 de Abril de 2004:

Herculano Pereira Fernandes, Condutor do Presidente da Câmara Municipal de São Miguel, dada por finda, a comissão de serviço que vinha exercendo, com efeitos a partir de do dia 15 de Abril.

Silvino Clarimundo de Pina, condutor auto de ligeiros, nomeado para, nos termos do n.º 2 do artigo 108º, da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o Decreto-Legislativo n.º 1/98, de 8 de Junho exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de condutor do Presidente da Câmara Municipal de São Miguel, com efeitos a partir de 15 de Abril.

As despesas tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2, artigo 1º, n.º 3 do orçamento municipal vigente - (Isentos da anotação do Tribunal de Contas).

### DELIBERAÇÃO

De 16 de Abril de 2004:

A Câmara Municipal de São Miguel, na sua reunião ordinária realizada no dia 16 de Abril de 2004, deliberou, por unanimidade a seguinte distribuição de pelouros:

- Pelouros de Administração, Finanças e Património, Cooperação, Turismo, Segurança e Protecção Civil Presidente da Câmara, João Gomes Duarte;
- Pelouros de Infra-estruturas, Planeamento e Obras - Vereador, Álvaro Lopes Soares;
- Pelouros de Abastecimento Público, Saneamento Básico e Espaços Verdes - Vereador, Hugo Policarpo Moreno;
- Pelouros de Desenvolvimento Económico e Promoção Sócio-Comunitário - Vereadora, Maria de Fátima Silva Gonçalves;
- Pelouros de Juventude, Cultura, Desporto e Lazer Vereador, Salvador Lopes da Cruz;
- Pelouros de Saúde e Ambiente - Vereadora, Leocádia Baptista Gomes Furtado;
- Pelouro da Educação - Vereador, Victor Manuel Vaz dos Santos.

### RECTIFICAÇÃO

Por erro da Administração, foi publicado, de forma inexacta, no *Boletim Oficial* n.º 38, II Série, de 13 de Novembro, despacho referente à nomeação de Pedro Celestino Gomes Correia, Assessor do Presidente da Câmara Municipal de São Miguel, pelo que de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Licenciado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local.

Deve ler-se:

Com pós-graduação em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local.

Secretaria-Geral da Câmara Municipal de São Miguel, na Vila de Calheta, aos 7 de Junho de 2004. — O Secretário Municipal, *Daniel Alcântara Brito Ribeiro*.

# BREVEMENTE INDICE REMISSIVO RELATIVO AO ANO 2004



## BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: [incv@cvtelcom.cv](mailto:incv@cvtelcom.cv)

### ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série .....	5 000\$00	3 700\$00
II Série .....	3 500\$00	2 200\$00
III Série .....	3 000\$00	2 000\$00
AVULSO por cada página	10\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página .....	10\$00
------------------------------	--------

Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série .....	6 700\$00	5 200\$00
II Série .....	4 800\$00	3 800\$00
III Série .....	4 000\$00	3 000\$00

Para outros países:

I Série .....	7 200\$00	6 200\$00
II Série .....	5 800\$00	4 800\$00
III Série .....	5 000\$00	4 000\$00

### PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página .....	5 000\$00
1/2 Página .....	2 500\$00
1/4 Página .....	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

**PREÇO DESTES NÚMERO — 60\$00**